



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS**

**WASHINGTON LUIZ CORREIA SILVA**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:  
UMA EXPERIÊNCIA NO TERRITÓRIO DO SISAL**

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA  
NOVEMBRO - 2014**

**WASHINGTON LUIZ CORREIA SILVA**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:  
UMA EXPERIÊNCIA NO TERRITÓRIO DO SISAL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso Superior de  
Tecnologia em Gestão de Cooperativas  
da Universidade Federal do Recôncavo  
da Bahia - UFRB, para Obtenção do  
Título de graduação em Tecnologia em  
Gestão de Cooperativas

**ORIENTADORA: PROF.<sup>a</sup> Dra. TATIANA RIBEIRO VELLOSO**

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA  
NOVEMBRO – 2014**

**WASHINGTON LUIZ CORREIA SILVA**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:  
UMA EXPERIÊNCIA NO TERRITÓRIO DO SISAL**

Aprovado em:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dra. Tatiana Ribeiro Velloso  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB  
(Orientadora)

---

Me. José da Conceição Santana  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

---

Me. Geraldo Sampaio Costa  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA  
NOVEMBRO - 2014**

## DEDICATÓRIA

Aos meus avôs Manoel, Raimunda e Maria Messias (in memorian) pela dedicação e ensinamentos que trago até hoje. Aos meus pais Pitágoras e Helenice (in memorian) pelas lições de vida e amor incondicional. A minha mulher Silvia e meu filho Washington Júnior pelo incentivo e carinho. Aos meus irmãos, Paulo, Demetrio, Mônica, Sidinei e Renato e suas respectivas companheiras (o), pela união e cumplicidade. Aos meus sobrinhos, Mirlei, Raissa, Alexia, Maria, Renato Júnior, Sophia, Guilherme, Bernardo, Renan e Letícia pela alegria e renovação. Aos meus tios e tias, em especial Luizinho (in memorian) pelo apoio irrestrito. Aos meus primos e primas pela convivência harmoniosa. A minha afilhada Gabriela pela ternura de sempre. A todos os meus amigos, especialmente, Everton, Orlei, Jorge Antonio, Carlos (Cacau) e Kleber solícitos a todas as horas. Enfim, a todos que sempre torce por mim.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, primeiramente pela oportunidade de viver dia após dia.

A toda a minha família e amigos aos quais dedico essa conquista.

Aos meus colegas de curso que conviveram comigo durante esses intensos anos de estudo. Às minhas insubstituíveis amigas Edilene Batista e Rozana Macsam com quem compartilhei momentos e dias históricos para nossas vidas.

Aos meus colegas de trabalho Ailton Júnior, Arthur Laborda, Bianca Bispo, Fernando dos Santos, Florisvaldo dos Santos, Geraldo Costa, Hermiro Mendes, Jorge Eloy, Leone Santana e Manoel de Paula pela parceria e compreensão.

A INCUBA/UFRB e APAEB pela oportunidade de vivenciar o cotidiano dos empreendimentos solidários e poder assimilar na práxis os ensinamentos acadêmicos.

A Elione, educadora da Fundação APAEB pela boa vontade e companheirismo.

A UFRB pela chance, talvez única, de frequentar um curso de graduação de nível superior.

A toda comunidade acadêmica da UFRB, principalmente os professores com os quais convivi nessa jornada e tenho o prazer de nomear: Prof<sup>a</sup> Ana Laura Pepe; Prof<sup>a</sup> Ósia Alexandrina; Prof<sup>a</sup> Ana Georgina; Prof<sup>o</sup> Luiz Claudio; Prof<sup>o</sup> José Santana; Prof<sup>a</sup> Rosy Campos; Prof<sup>a</sup> Alessandra Bandeira; Prof<sup>a</sup> Flora Bonnazi; Prof<sup>a</sup> Alicia Olalde; Prof<sup>a</sup> Bruna Sobral; Prof<sup>a</sup> Alene Lins; Prof<sup>a</sup> Nara Eloy; Prof<sup>o</sup> Igor Loureiro; Prof<sup>o</sup> Rafael Tavares; Prof<sup>o</sup> Hugo Mathias; Prof<sup>a</sup> Elaine Norberto e Prof<sup>a</sup> Tatiana Velloso.

A todos esses mestres, sou grato pelas experiências e ensinamentos compartilhados e pela oportunidade de crescer como pessoa e como profissional.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA "RODA DE PROSA" SOBRE TRAJETÓRIAS, CONCEITOS E SEUS SEGMENTOS.....	15
3. ASSESSORIA E FOMENTO AOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E TECNOLOGIA SOCIAL.....	26
4. O TERRITÓRIO DO SISAL: O "CHÃO" DA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
6. REFERÊNCIAS.....	40
7. ANEXOS.....	43

## **LISTA DE QUADROS/FIGURAS**

<b>QUADRO 1.</b> Síntese da trajetória histórica da economia solidária no Brasil – 1980 a 2014.....	18
<b>FIGURA 1.</b> Campo da Economia Solidária no Brasil.....	22
<b>FIGURA 2.</b> Delimitação do Território Rural do Sisal.....	32

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ABC - Região do Estado de São Paulo formada pelos municípios: Santo André, São Bernardo e São Caetano

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

APAEB – Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região do Sisal

ANCOSOL – Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da economia Familiar e Solidaria

ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão

ARCO Sertão – Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia

CODES – Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia.

CNBB – Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONCRAB - Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil

COOPERAFIS – Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão

COOPERE - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Nordeste e Centro Sul da Bahia

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos

EES – Empreendimento da Economia Solidária

FACES Brasil – Fórum de Comércio Justo e Solidário

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FAPESB - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FATRES – Fundação de Apoio aos Trabalhadores da Região do Sisal

FMS – Fórum Mundial Social

FBB – Fundação Banco do Brasil

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FUNDAÇÃO APAEB – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira

INCUBA/UFRB – Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares



MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras  
ONGs – Organizações Não Governamentais  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PACs – Projetos Alternativos Comunitários  
PCT – Política de Ciência e Tecnologia  
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares  
RBSES – Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária  
REDE UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho  
SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia  
SECTI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia  
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária  
SESOL – Superintendência de Economia Solidária  
SETRE – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia  
SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil  
SIES – Sistema de Informações da Economia Solidária  
STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais  
SUAF – Superintendência da Agricultura Familiar  
TC – Tecnologia Convencional  
TS – Tecnologia Social  
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
UNICAFES – União Nacional de Cooperativas da agricultura Familiar e Economia Solidária  
UNICOPAS – União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias  
UNISOL Brasil - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

## RESUMO

O Brasil, a partir da década de 1990, apresenta a participação de empreendimentos econômicos solidários como segmentos organizados de forma coletiva, cooperada e autogestionária como alternativa aos problemas enfrentados pela população da classe trabalhadora, principalmente em relação à extrema concentração de renda, precarização dos postos de trabalho e exclusão social, tanto na zona urbana quanto rural. Contudo, o desafio do fortalecimento e sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários perpassa por ações articuladas, dentre os diversos *agentes* no âmbito nacional e internacional. Neste sentido, entende-se que o campo da economia solidária é constituído por empreendimentos econômicos solidários (organizados de maneira diversificada), por entidades de apoio, assessoria e fomento (incubadoras universitárias, organizações não governamentais, movimento sindical, igrejas/ pastorais, entre outros) e por organizações governamentais (municipal, estadual e nacional). Este trabalho buscou analisar uma experiência de assessoria e fomento a uma rede de empreendimento econômico solidário formado por mulheres situadas no Território do Sisal, a partir da Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão, na relação com a extensão universitária da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como um exemplo de um destes *agentes* - realizada no Projeto Mulheres de Fibra: Fortalecimento do Artesanato Regional no Território do Sisal. Assim, procurou-se observar as atividades desenvolvidas de assessoria e de fomento na rede que compõe este empreendimento solidário, bem como analisar sua contribuição no fortalecimento das práticas solidárias, tendo como foco a utilização de tecnologias sociais com metodologias idealizadas para combinar capacidades e iniciativas e atividades conduzidas por meio de interação e troca de saberes entre os apoiadores e os associados dos empreendimentos. Foram alcançados resultados tanto no fortalecimento institucional da rede da experiência do empreendimento econômico solidário, voltado para a autonomia emancipatória com relação à tomada de decisões e de geração de renda a partir de práticas sustentáveis, mas também de contribuição na extensão universitária de processos formativos para acadêmicos na relação com a pesquisa e o ensino universitário. De certo, os empreendimentos autogeridos trazem relevantes benefícios à sociedade, seja pela inclusão sócio-produtiva seja pelo fortalecimento dos processos de cidadania para mulheres sertanejas, mas também na relação com a universidade como um sujeito que pode contribuir e ter contribuição para os processos de geração de conhecimentos e saberes voltados para o desenvolvimento territorial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Solidária; Tecnologia Social; Extensão Universitária; Sisal.

## **ABSTRACT**

The Brazil from the 1990s, shows the share of solidary economic enterprises as organized segments of collective, cooperative and self-managed form as an alternative to the problems faced by the population of the working class, especially in relation to extreme concentration of income, casualization of jobs work and social exclusion, both in urban and rural areas. However, the challenge of strengthening and sustainability of solidarity economic enterprises permeates coordinated actions among the various players in the national and international level. In this sense, it is understood that the field of solidarity economy consists of solidary economic enterprises (organized in a diversified way), by supporting organizations, advisory and promotion (university incubators, non-governmental organizations, trade union movement, church / pastoral, among other ) and government organizations (local, state and national). This study aimed to analyze the experience of consultancy and fostering a network of supportive economic enterprise formed for women located in the Territory of Sisal, from the Regional Cooperative of Artisans fibers of the Hinterland, the relationship with the university extension of the Entrepreneurial Incubator University of Solidarity Federal Reconcavo of Bahia, as an example of one of these agents - held at the Women Fiber Project: Strengthening Regional Territory Craft in Sisal. Thus, we sought to observe the activities undertaken advisory and funding the network that makes up this solidarity project, as well as to analyze its contribution in strengthening solidarity practices, focusing on the use of social technologies with idealized methodologies to combine capabilities and initiatives activities conducted through interaction and exchange of knowledge between the members and supporters of the projects. Results were achieved in the institutional strengthening of the experience of supportive economic enterprise network, facing the emancipatória autonomy regarding decision making and income generation from sustainable practices, but also the contribution of university extension of formative processes for scholars in relation to research and university education. Of course, the self-managed enterprises bring significant benefits to society, either by socio-productive inclusion is by strengthening the processes of citizenship for women backcountry, but also in relation to the university as a guy who can contribute and have contribution to the processes of generation knowledge and learning focused on territorial development.

**KEYWORDS:** Solidarity Economy; Social Technology; University Extension; Sisal.

## 1. INTRODUÇÃO

O termo *Economia Solidária* surge com força no Brasil a partir da década de 1990, com abrangência de diferentes setores produtivos, envolvendo categorias sociais diversificadas na produção, no consumo, na comercialização e nos serviços. Compõe-se de distintas formas de organização, como grupos não formais, associados às cooperativas, às associações e às empresas recuperadas, tendo como centralidade os processos coletivos, democráticos, autogestionários e de solidariedade nas relações sociais. Essa *outra economia* distingue-se da lógica capitalista, pois pressupõe a integração do capital e do trabalho, do planejamento e da execução e da economia e da política, como possibilidade concreta de sustentação e de permanência social de seus sujeitos sociais (GALLO, 2004).

A atuação do Estado no fomento à Economia Solidária tem papel importante no que tange às ações articuladas de diversas áreas do governo para promover mudanças através de investimento social, marco legal e/ou reconhecimento da economia solidária e suas formas associativas. Nesse sentido, em 2003, foi criada pelo Governo Federal a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, com o objetivo de viabilizar e de coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o país, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.

A SENAES é fruto de uma mobilização da sociedade civil e de setores públicos, a partir do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que durante o I Fórum Social Mundial, em Porto Alegre – RS, em 2002, realizou a I Plenária Nacional da Economia Solidária que deflagrou a criação da SENAES. Assim, considera-se a SENAES como marco da história, na institucionalização da mobilização e da articulação do movimento da economia solidária existente no país, em que as

estratégias e plano de ação da Senaes acompanham as requisições elencadas pela Plenária Nacional e, mais recentemente, pelo FBES, dispostas em grandes temas que formam o que se chama, no meio, de plataforma da economia solidária – 1) Marco Legal; 2) Rede de Produção, Comercialização e Consumo; 3) Finanças; 4) Educação; 5) Comunicação; 6) Democratização do Conhecimento e da Tecnologia (BARBOSA, 2007, p. 255).

As indicações da Plenária Nacional de Economia Solidária para a plataforma da economia solidária foram a partir da realidade dos empreendimentos econômicos solidários e das organizações de fomento e de apoio. Essa plataforma foi importante para balizar as ações

dos programas governamentais e das políticas públicas da economia solidária, com o sentido de seu fortalecimento e sua estruturação.

Para esta plataforma, contou com a constituição de um Sistema de Informações da Economia Solidária - SIES, que foi iniciado em 2005, que entre os seus objetivos tem a constituição de uma base com identificação e caracterização de empreendimentos econômicos solidários e de entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária e de promover a visibilidade e o fortalecimento da economia solidária, de maneira a subsidiar a formulação de processos e de políticas públicas com elaboração de marco jurídico adequado e o desenvolvimento de estudos e de pesquisas (ANTEAG, 2009). O SIES, em 2012, apresentou a existência de 19.707 empreendimentos, com mais de 50% caracterizado como da agricultura familiar. Percebe-se, portanto, que a maior parte dos empreendimentos econômicos solidários está situada na zona rural e entrelaça-se com a agricultura familiar.

Esse mapeamento da economia solidária é importante para constatar os papéis desempenhados por cada segmento e suas estratégias de atuação, em prol de um objetivo comum calcado nos princípios de solidariedade, da participação, da autogestão e da democracia. Neste sentido, ao refletir a sustentabilidade da economia solidária, Kraychete e Carvalho (2012, p. 33) afirma na existência de uma sustentabilidade plural, em

[...] uma sustentabilidade que envolve dimensões sociais, políticas, culturais e ambientais para além de uma dimensão econômica que não é, jamais, apenas mercantil.

Os segmentos que compõem a economia solidária têm suas distinções e importância: os empreendimentos econômicos solidários e suas redes e representações nacionais; as entidades de apoio e de fomento, com a existência de incubadoras de universidades, organizações não governamentais, movimento sindical, igrejas, entre outros; e os gestores públicos, que também se organizam em uma Rede de Gestores Públicos da Economia Solidária, formada por instâncias municipais, estaduais e nacionais.

Especificamente no estado da Bahia, em 2007, a partir da Feira Estadual de Economia Solidária, em Salvador, o Fórum Baiano de Economia Solidária encaminhou para o Governador do Estado que tomava posse naquele momento, uma carta com a reivindicação de uma estrutura estadual de institucionalização de apoio governamental à economia solidária. Foi criada, então, a Superintendência de Economia Solidária (SESOL), vinculada à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE). Neste mesmo período, foi criada na ambiência da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), a

Superintendência da Agricultura Familiar (SUAF). Observa-se ainda que a estrutura de Ciência e Tecnologia do estado da Bahia, a partir da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB (vinculada a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia – SECTI) criou na Diretoria de Inovação, uma Coordenação de Tecnologias Sociais e Ambientais.

Portanto, no estado da Bahia foram criadas estruturas de institucionalização governamental para as políticas públicas e os programas governamentais no âmbito da economia solidária, da agricultura familiar e das tecnologias sociais. É importante, portanto, considerar que essas estruturas surgem como entes estratégicos para a institucionalidade e a visibilidade da economia solidária, da agricultura familiar e das tecnologias sociais no estado da Bahia, frente aos desafios de ausências históricas de políticas consistentes e estruturantes para esses setores.

Esse trabalho apresenta como objetivo analisar o papel desempenhado pelas entidades de apoio, assessoria e fomento no desenvolvimento de tecnologias sociais, voltadas para a estruturação e o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, a partir de uma experiência de extensão universitária da INCUBA/UFRB no Território do Sisal, no semi-árido da Bahia. Essa experiência foi possível através do apoio institucional da FAPESB com projetos de pesquisa e de extensão universitária na temática de tecnologias sociais e de empreendimentos econômicos solidários.

É importante contextualizar que a temática de tecnologia social é estratégica para o desenvolvimento da economia solidária. Para Dagnino (2010), existem duas razões para a necessidade do desenvolvimento de tecnologias sociais para o fortalecimento da economia solidária: primeiro, é que a tecnologia convencional que existe hoje não é adequada à inclusão social, tende ser segmentada, alienante e hierarquizada; segundo, é que as instituições envolvidas na geração científica e tecnológica não se encontram plenamente sensibilizadas para desenvolver uma tecnologia capaz de viabilizar a inclusão social e tornar sustentáveis os empreendimentos econômicos solidários.

Assim, este trabalho foi desenvolvido a partir do projeto “Mulheres de Fibras: Fortalecimento do Artesanato Regional no Território do Sisal”, aprovado no Edital Público de apoio a Tecnologias para o Fortalecimento de Grupos Produtivos Urbanos e Rurais da FAPESB/SECTI, com a experiência da rede promovida pela Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão – COOPERAFIS, com envolvimento de seis municípios do Território do Sisal (Valente, São Domingos, Araci, Santa Luz, Itiúba e Nordestina).

No trabalho foi utilizada a metodologia qualitativa, com revisão bibliográfica sobre as categorias analisadas (Economia Solidária, Tecnologia Social, Extensão Universitária e Território do Sisal). A unidade de análise foi à COOPERAFIS, especificamente a assessoria realizada pela INCUBA/UFRB, com envolvimento de organizações parceiras, como a Fundação APAEB – Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região do Sisal. Foram levantados dados secundários dos relatórios de atividades do projeto e dados secundários com aplicação de questionário junto às associadas da COOPERAFIS e as educadoras da INCUBA/UFRB e da Fundação APAEB.

Vale ressaltar que este trabalho teve como versão inicial o relatório da atividade de estágio obrigatório realizado na INCUBA/UFRB que, através da articulação entre as entidades de apoio, assessoria e fomento aos EES no Território do Sisal, proporcionaram o intercâmbio para a vivência prática na COOPERAFIS.

## **2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA “RODA DE PROSA” SOBRE TRAJETÓRIAS, CONCEITOS E SEUS SEGMENTOS**

A globalização e a reestruturação produtiva na década de 1990 agravaram a dramática ruptura do desemprego, principalmente para os trabalhadores incluídos nos mercados formais, que vieram somar-se aos historicamente excluídos, pertencentes ao mercado não formal. A perda do trabalho formal com o fechamento de postos de trabalho e a exclusão tiveram como reação o surgimento de importantes projetos, sobretudo, os que versavam sobre a construção de atividades autogestionárias visando à inclusão destes trabalhadores no mercado de trabalho (GUIMARÃES, 2000).

A economia solidária surge como modo de vida e distribuição alternativa ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. Essa economia articula com o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção (da produção simples de mercadorias) e distribuição com o princípio da socialização destes meios (SINGER, 2000). Neste sentido,

[...] se a economia solidária se consolidar e atingir dimensões significativas, ela se tornará competidora do grande capital em diversos mercados. O que poderá recolocar a competição sistêmica, ou seja, a competição entre um modo de produção movido pela concorrência intercapitalista e outro movido pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies contratualmente ligados por homens voltarão a poder escolher e experimentar formas alternativas de organizar sua vida econômica e social. (SINGER, 1998, p. 139).

O desenvolvimento da economia solidária é resultado da sinergia entre dois processos históricos: um econômico e outro social. O primeiro refere-se à reestruturação produtiva em conjunto com a reforma de Estado e as conseqüentes alterações no mercado de trabalho, já que tiveram como conseqüência o surgimento de um excedente de trabalhadores que se juntou aos tradicionalmente excluídos. O segundo refere-se às experiências acumuladas por sujeitos sociais no campo da organização popular, tais como movimentos sociais, organizações não-governamentais, partidos políticos, universidades e setores vinculados a Igreja católica.

Assim sendo, o desenvolvimento da economia solidária como forma de organização socioeconômica aparece também como “resposta e/ou resistência dos setores organizados da sociedade civil aos impactos das transformações econômicas e sociais para a esfera do trabalho e suas repercussões para pior das condições de grande parcela da população brasileira” (GAIVIZZO, 2006 *apud* PINHEIRO, 2010, p.5).

A questão que se coloca naturalmente é como a economia solidária pode se transformar de um modo de produção *intersticial*, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma *geral* de organizar a economia e a sociedade, que supere sua divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal. O que implica que os empreendimentos solidários, que hoje se encontram dispersos territorial e setorialmente, cada um competindo sozinho nos mercados em que vende e nos que compra, teriam que se agregar num todo economicamente consistente, capaz de oferecer a todos que desejassem a oportunidade de trabalhar e viver cooperativamente (SINGER, 2002, p. 116).

Para o MTE (2014), a economia solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.

Para a FBES (2014), a economia solidária pode ser definida em três dimensões: economicamente, é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão; culturalmente, é também um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não afetem o meio-ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas; e politicamente, é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.



Apesar dos variados entendimentos sobre o conceito de economia solidária, sabe-se que existem elementos convergentes nas diversas conceituações, como dimensões tratadas como princípios pilares da economia solidária: a cooperação, a solidariedade, a autogestão e a democracia.

Sobre o histórico da economia solidária no Brasil, Barbosa (2007) aborda que entre os anos de 1980 e 1990, processaram-se diferentes experimentações de práticas econômicas, mas foi entre o fim da década 1990 que ganhou expressão um movimento de articulação de sujeitos políticos, valores e perspectivas sociais. A mobilização social envolveu ações nacionais e internacionais em torno das consequências da mundialização e da maior concentração de riquezas.

No Fórum Social Mundial, dentre as atividades, foram realizadas plenárias que resultou na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, considerado hoje o espaço de articulação da sociedade sobre esse tema e que “consiste fundamentalmente na articulação entre três segmentos do movimento da economia solidária: Empreendimentos da Economia Solidária - EES, Entidades de Assessoria e Fomento e Governo”. O Quadro 1 apresenta uma síntese dos principais marcos da história da economia solidária no país.

No Quadro 1 pode-se observar o apoio e envolvimento de entidades nacionais e internacionais no fortalecimento do crescente movimento da Economia Solidária no país. Evidencia-se que a partir 1980, com o aumento de empreendimentos autogestionários que gerava trabalho e renda como resposta à crise econômica, intensificaram as articulações em prol da Economia Solidária, com a criação de várias entidades de apoio e fomento. Nota-se também que 2003, tende a ser um ano relevante em relação aos eventos favoráveis à consolidação do segmento, criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES durante o III Fórum Social Mundial e no mesmo ambiente a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES.

Essa conquista institucionalizada renovou as forças do movimento da economia solidária e outros acontecimentos articulados pelos segmentos foram realizados nos anos seguintes, em 2004, ocorreram à fundação da UNISOL, a criação da ANCOSOL e a realização do I Encontro Nacional dos Empreendimentos Solidários organizado pelo FBES.

**Quadro 1.** Síntese dos principais acontecimentos na trajetória histórica da economia solidária no Brasil – 1980 a 2014.

<b>PERÍODO</b>	<b>PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS</b>	<b>BREVE DESCRIÇÃO</b>
Anos 1980 e 1990	Primeiras experiências de economia solidária.	Experimentação de variadas experiências de geração de renda e trabalho por ONGs isoladamente e pela Cáritas através dos PACs.
1994	Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão - ANTEAG	Tem suas origens em meio à conjuntura política e econômica do Brasil, momento de abertura do mercado nacional ao internacional e o avanço tecnológico em substituição da força humana.
1995	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ITCP/UFRJ	Foi concebida como um centro de tecnologia que tornaria disponíveis os conhecimentos e os recursos acumulados nas universidades públicas para gerar, por meio do suporte à formação e desenvolvimento (incubação) de empreendimentos solidários autogestionários, alternativas de trabalho, renda e cidadania para indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica.
1996	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho UNITRABALHO	Surgiu por iniciativa de um grupo de reitores engajados em fazer com que a universidade brasileira passasse a contemplar em seus programas de pesquisa e extensão, de forma relevante e sistemática, as questões relativas ao mundo do trabalho. Com interesse em estimular e promover a relação entre o mundo acadêmico e o mundo do trabalho, democratizando o acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na universidade.
1998	Encontro Latino-Americano de Cultura e Socioeconomia Solidárias – Porto Alegre (RS)	Com a participação de países como México, Peru, Nicarágua, Bolívia, Espanha, Argentina e Brasil, elaborou-se a “Carta de Porto Alegre”, em que se definiu entendimento sobre a economia solidária como alternativa social para internacionalização do capital e a pobreza dos países periféricos, estabelecendo estratégias para a constituição de uma rede na região.
1995/Anos 2000	Experiências de políticas públicas regionais de economia solidária	Práticas de fomento e fortalecimento de programa de geração de renda e trabalho baseados em economia solidária em governos municipais e estaduais, com destaque para o protagonismo do Rio Grande do Sul.
1997/2001	Articulação Internacional	Articulação intercontinental liderada pela Rede Peruana de Economia Solidária, Redes do Quebec/Canadá e da França em torno de uma globalização solidária.
1999	Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS/CUT	Foi criada pela CUT juntamente com a Unitrabalho, DIEESE, FASE e outras organizações da sociedade. Experiência do movimento sindical para o fortalecimento e constituição de cooperativas e de empreendimentos coletivos solidários de inserção social.
2000	I Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias em Mendes (RJ) e Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária - RBSES	Com a participação de movimentos sociais, produtores populares e instituições de assessoria da sociedade civil, criou-se a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, com o objetivo de constituir redes regionais para fortalecer, articular e divulgar os grupos de produtores e consumidores a fim de dinamizar a cadeia produtiva de economia solidária
2001	Rede Global de Socioeconomia Solidárias	Criação da rede, com a participação de 21 países, durante o I Fórum Social Mundial, objetivando integrar e divulgar a produção e comercialização locais e nacionais.
2001	Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária	Instituído durante o I FSM para articular os debates no tema nacionalmente; representou as redes internacionais de economia solidária junto ao comitê internacional que promove as edições do FSM.
2001/2004	Fórum Social Mundial - FSM	Nas quatro edições do Fórum, três delas realizadas em Porto Alegre e a última na Índia, os debates e

		intercâmbios de idéias e práticas em economia solidária foram paulatinamente crescendo e ganhando as principais atenções do evento.
2002	I Plenária Brasileira de Economia Solidária no Fórum Social Mundial	Essa plenária discutiu e definiu a articulação nacional de trabalhadores envolvidos com economia solidária e entidades de assessoria.
2002	Rede Internacional pela Promoção da Economia Social e Solidária (Canadá)	Criação da rede com o objetivo de desenvolver respostas inovadoras para os problemas da internacionalização da economia e promover o intercâmbio entre países dos hemisférios Norte e Sul
2003	III Plenária Brasileira de Economia Solidária; Fórum Brasileiro de Economia Solidária-FBES (Brasília); e Fórum Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária	Plenária Nacional de Economia Solidária convocada pelo GT Brasileiro de economia solidária, precedida de plenárias regionais em 18 estados, constituiu com 800 delegados do país. O Fórum ficou composto por trabalhadores da economia solidária, assessorias, gestores públicos e movimentos sociais atuantes nesse campo. A partir das práticas de economia solidária nos governos, com destaque no Rio Grande do Sul (1999-2000) e na Prefeitura de Porto Alegre (2000-2004), foi constituída em agosto de 2003, a Rede de Gestores.
2003	III FSM e II Plenária Brasileira de Economia Solidária; e Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES	O Presidente assume compromisso de fortalecer a economia solidária em seu governo através da constituição da SENAES no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, com a posse de Paul Singer, por sugestão dessa articulação nacional de economia solidária.
2004	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – UNISOL Brasil	Fundada em face do surgimento de inúmeras cooperativas no Brasil, para organizar, representar e articular, de forma ampla e transparente, as cooperativas, associações e outros empreendimentos autogestionários da economia solidária, como base as experiências de empresas recuperadas para sistema de autogestão.
2004	I Encontro Nacional dos Empreendimentos Solidários	A partir do FEBS que está organizado nacionalmente, os representantes de empreendimentos solidários se reuniram para discussões a partir dos eixos da plataforma da economia solidária em grupos temáticos.
2004	Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária - ANCOSOL	Criada a partir do Fórum Nacional de Cooperativas de Economia Familiar e Solidária, onde as centrais das cooperativas de crédito e as instituições parceiras elaboram reivindicações, voltadas para novo formato legal que proporcionaria uma expansão maior dos sistemas cooperativos de crédito.
2005	União Nacional de Cooperativas da agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES	Criada no I Congresso de Cooperativas de Agricultura Familiar, com a missão de tornar o cooperativismo um instrumento de desenvolvimento local sustentável e solidário dos agricultores familiares, de ampliação de oportunidades de trabalho, de distribuição de renda, de produção de alimentos e melhoria de qualidade de vida.
2007	Criação da Superintendência de Economia Solidária – SESOL na SETRE e da Agricultura Familiar – SUAF na Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI	A criação da SESOL foi demandada pelo Fórum Baiano de Economia Solidária que entregou uma carta com esta reivindicação durante a Feira Estadual de Economia Solidária, em Salvador. A criação da SUAF foi demandada pela rede de organizações da agricultura familiar que fez esta reivindicação ao Governo do Estado. Houve um movimento de integrar estas duas superintendências a partir da criação de uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial no Governo Estadual, mas que não foi possível a sua concretização.
2014	União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias - UNICOPAS	Criada a partir da junção da UNICAFES, da Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) e da UNISOL Brasil, tem como missão a representação do cooperativismo popular no Brasil.

Fonte: Adaptado de BARBOSA (2007).

Em 2005, a partir do I Congresso de Cooperativas de Agricultura Familiar foi criada a UNICAFES e em 2007, resultante da manifestação do Fórum Baiano de Economia Solidária, em carta encaminhada ao governador da Bahia, foi criada a Superintendência de Economia Solidária (SESOL), vinculada à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) cuja reclamação do movimento era a criação de uma esfera governamental para implementação de uma política estadual de apoio e fomento à economia solidária na Bahia. No ano corrente, 2014, ocorreu a mais recente articulação do movimento, a criação da UNICOPAS, com a união entre a CONCRAB, a UNICAFES e a UNISOL, formalizada oficialmente no Distrito Federal (Brasília) no dia 29 de janeiro.

São organizações nacionais de representação dos empreendimentos econômicos solidários, em suas diversas funcionalidades, que culminou, em 2014, com a junção na UNICOPAS. Essa união foi formada para representar o segmento do cooperativismo e das experiências da economia solidária no Brasil, frente às representações tradicionais, como o sistema OCB.

Para Pinho (1996), no Brasil existem diferenças entre as estruturas de representação do cooperativismo: a primeira, ligada ao sistema OCB, denominada de linha de cooperativas tradicionais, e outra a partir da década de 1990, de base popular e solidária, da linha autogestionária, ligada ao movimento de Economia Solidária.

Segundo Velloso e Locatel (2011), a OCB foi criada com a promulgação da Lei n. 5.764, em 1971, em plena ditadura militar, que definiu as especificidades do movimento cooperativista no Brasil, com a ingerência do Estado no funcionamento dessas organizações e com a obrigatoriedade de adesão a OCB. Essa estrutura seguia o caráter conservador e foi instrumentalizado como regulador de perpetuação da estrutura desigual e concentradora vigente.

Com a aprovação da Constituição de 1988, ficou vetada a interferência do Estado à atividade cooperativa e, desde então, vários projetos de lei tramitam no Congresso Nacional com o propósito de alterar a referida Lei 5.764/71. Esse momento é considerado por alguns autores como fase autogestionária, destituindo a OCB como o único órgão de representação, bem como a obrigatoriedade de filiação das cooperativas a mesma. A partir de 1988, o Estado brasileiro não tem mais o mesmo caráter anterior: deixa de ser intervencionista e regulador e passou a se concentrar na criação de ambiente favorável, como de infraestrutura de transporte, informação de mercado, controle fitossanitário, difusão tecnológica e treinamento, com a tentativa de superar a pobreza a partir de suas ações voltadas para os setores mais frágeis (VELLOSO e LOCATEL, 2011, p. 3).

A mais nova entidade do movimento da economia solidária, a União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias – UNICOPAS, busca a criação um grande processo

de unidade entre o cooperativismo pautado nos princípios éticos, políticos e sociais da economia solidária. A união das três principais centrais de organização autônoma das cooperativas e empreendimentos solidários, oportuna um novo caminho para o cooperativismo no Brasil, com mais superioridade política, organização e de integral acesso as políticas públicas de apoio, fomento e incentivo para o segmento.

Para Leonardo Pinho - Coordenador Nacional do Setorial de Cooperativismo Social da UNISOL Brasil, a UNICOPAS já nasce com grandes responsabilidades, em especial, destaca-se a construção de um novo Marco Legal do Cooperativismo, mais adequada ao processo de aprofundamento democrático, que passa nosso país.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, comentou: “o nosso desafio com a UNICOPAS é fazer com que tantos agricultores que ascenderam social e economicamente sejam cidadãos que fortaleçam ainda mais essas organizações cooperativistas” (CANAL COOPERATIVO, 2014).

A partir da Figura 1, observa-se a trajetória histórica da economia solidária e de sua estruturação. Essa estruturação é apresentada pelo campo da economia solidária por três segmentos: os empreendimentos econômicos solidários e as redes de representação; as entidades de apoio e de fomento; e os gestores públicos.

Na mesma figura nota-se que a UNICOPAS ainda não está presente devido a sua constituição ser recente, assim como a OCB, esta, não faz parte deste campo, justamente por compreender a representação de um cooperativismo tradicional, a partir de seus dirigentes e articulações históricas consideradas conservadores, mesmo sabendo que na sua base existem cooperativas da economia solidária filiadas.

Observa-se ainda na Figura 1 que os empreendimentos econômicos solidários são formados por ligas ou uniões e os próprios empreendimentos a partir das organizações de finanças solidárias, empresas autogestionárias, cooperativismo popular, redes de empreendimentos e associações de clubes de trocas. Os empreendimentos econômicos solidários é um dos segmentos que se organizam principalmente com o intuito de gerar trabalho e renda, com ênfase no trabalho coletivo para a divisão do poder, dos ganhos e posse dos bens, entende-se como

[...] organizações coletivas, suprafamiliares, singulares e complexas: cooperativas, associações, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes e centrais, cujos participantes ou sócios são trabalhadores (as) do meio urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, bem como a distribuição dos resultados. Tem caráter permanente e apresentam diversos graus de formalização.

Inclui-se também, além dos empreendimentos que estão em funcionamento, aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e com as atividades econômicas definidas (CULTI, 2010 apud SIES 2005, p.11-12).

Figura 1. O campo da Economia Solidária no Brasil.



Fonte: SENAES/MTE (2012).

Outra característica marcante dos empreendimentos econômicos solidários é que a maioria é formada da agricultura familiar. Considerada como elemento fundamental para a segurança alimentar e nutricional nas comunidades rurais, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO (2014) pode ser definida como uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; inclui todas as atividades agrícolas de base familiar e está ligada a diversas áreas do desenvolvimento rural. Consiste em um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola que são gerenciadas e operadas por uma família e predominantemente dependente de mão-de-obra familiar, tanto de mulheres quanto de homens e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético.

O segmento da agricultura familiar é resiliente ao processo provocado historicamente de exclusão desde o período de colonização do Brasil, e especialmente a partir da “Revolução Verde” na década 1960, quando houve uma intensificação de exclusão a partir de imposição de novas exigências para a produção e implantação de tecnologias *produtivistas*. Como consequência, grande parte dos agricultores familiares passou a se encontrar marginalizado à

nova forma de produção agrícola e a enfrentar diversos fatores adversos. Fatores descritos por Gonçalves (2002 apud LIMA E LOCATEL, 2012, p. 3) afirmam que

a agricultura familiar no Brasil vem sentindo, de maneira mais aguda, o impacto do baixo valor de mercado dos produtos agrícolas, como também a existência de fatores adversos a sua viabilização econômica, como a instabilidade climática, o uso de tecnologias inapropriadas, as dificuldades de acesso ao crédito, a falta de assistência técnica adequada, bem como a precariedade dos sistemas de armazenagem, beneficiamento, transporte e comercialização dos produtos agrícolas.

Apesar das adversidades encontradas, os empreendimentos solidários da agricultura familiar encontraram junto às entidades de apoio, fomento e assistência o estímulo e a direção necessária ao seu fortalecimento, principalmente a partir da trocas de saberes e experiências entre os agricultores com o intuito de se manter sempre atualizados na intensa competitividade de mercado (LIMA e LOCATEL, 2012). Sabe-se que entidades de apoio e fomento realizam ações de valorização e de desenvolvimento de tecnologias sociais importantes para esses empreendimentos, entretanto, este fortalecimento necessita de políticas estruturais, como, exemplo, da efetivação da reforma agrária no Brasil.

Mesmo com as dificuldades estruturais de acesso a terra e de políticas agrárias, segundo a CONAB (2014), a agricultura familiar responde atualmente por mais de 80% da ocupação no setor rural, sete de cada 10 empregos no campo, por cerca de 40% da produção agrícola e pela maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros vem das pequenas propriedades. A agricultura familiar favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético. Em 2009, cerca de 60% dos alimentos que compuseram a cesta alimentar distribuída pela Conab originaram-se da Agricultura Familiar.

As entidades de apoio, assessoria e fomento, outro segmento, conforme a Figura 1 são organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto, capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e de gestão e acompanhamento junto aos empreendimentos econômicos solidários, formados por organizações não governamentais, movimento sindical, pastorais da igreja e incubadoras universitárias.

A partir da segunda metade da década de 1980 várias e importantes entidades de apoio e fomento à economia solidária, foram constituídas, como: a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS da Central Única dos Trabalhadores – CUT, em parceria com a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Rede Unitrabalho que integra uma rede de universidades que desenvolvem ações de pesquisa e de extensão sobre o mundo

do trabalho e o Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos – DIEESE que assessoram os sindicatos brasileiros há mais de meio século. A idéia de se juntar e organizar uma agência para assessorar e fomentar atividades econômicas coletivas, à base de participação igualitária nas decisões e no capital, foi no sentido de fortalecer a classe trabalhadora na condição de organização comunitária de luta por outro sistema de produção. Entende-se aqui que o trabalhador é integral para além da representação do trabalhador de carteira assinada, que é a base do movimento sindical.

No entendimento de Singer e Souza (2000, p. 26),

Existem outras entidades fomentadoras de empreendimentos solidários que merecem menção e há um risco quase certo de omitir involuntariamente apoiadores significativos.

Cabe registrar também que

[...] a atividade da Cáritas, órgão do Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), da Fase no Rio de Janeiro, da ATC em São Paulo, das Prefeituras de Porto Alegre, de Blumenau e de Santo André, do Programa de auto-emprego da Secretaria do trabalho de São Paulo e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que formou a Unisol Cooperativas.

A recente reinvenção da economia solidária no Brasil apresenta grande vigor e participação institucional. A ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e as Incubadoras Universitárias, invenções brasileiras que respectivamente orientaram a conversão de centenas de empresas em crise em cooperativas e estão inseridas em universidades, formam uma rede e outras tantas desenvolvem atividades por mais de 80 universidades de todo país. As incubadoras organizam comunidades periféricas em empreendimentos solidários mediante a incubação, um complexo processo de formação pelo qual as práticas tradicionais de solidariedade se transformam em instrumentos de emancipação (SINGER, 2002). Na visão de Tauile e Debaco (2002, p. 72),

as Incubadoras talvez seja a política pública mais difundida entre os empreendimentos solidários. Normalmente criadas pelas comunidades universitárias auxiliam os empreendimentos com formação, acompanhamento e alguma estrutura física.

As incubadoras universitárias não têm apenas preocupação com formação e capacitação dos empreendimentos para o seu funcionamento, mas também com o desenvolvimento de uma alternativa às relações de trabalho definidas pelo capitalismo, bem como no estímulo à discussão sobre relações sociais no trabalho de forma solidária e coletiva em contraponto às relações de empregador-empregado competitivas e individualistas, em



busca de resgatar a cidadania de cada cooperado e do grupo como um todo (GALLO et al., s.d.).

Para pessoas humildes, que sempre foram estigmatizadas por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero e raça – a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania. Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino coletivo (SINGER E SOUZA (org.), 2000, p. 27-28).

Nesta conjuntura, as entidades de apoio, fomento e assessoria de empreendimentos solidários têm papel fundamental na prestação de assistência necessária aos projetos, por tempo determinado até que estes adquiram autonomia para atuar no mercado com sustentabilidade, sem esquecer a condição social dos trabalhadores. Essas incubadoras possuem como papel importante a articulação da extensão com a pesquisa e o ensino na construção de conhecimentos voltados e articulados para a inclusão social.

A participação do Governo - outro segmento - no desenvolvimento da Economia Solidária, enquanto gestores públicos têm um papel relevante no que se refere à mobilização do poder público nas distintas esferas do Estado, principalmente na construção de políticas públicas que privilegiem o tema, porém, sem esquecer de que o protagonismo deve ser sempre dos empreendedores econômicos solidários, principais atores dessa economia.

Esta participação é voltada principalmente na operacionalização de políticas públicas e de programas governamentais necessários para viabilizar os empreendimentos econômicos solidários. Algumas experiências diretamente com os próprios empreendimentos, outras para as entidades de apoio e de fomento, como, por exemplo, o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC a nível federal, que representa uma conquista para as incubadoras universitárias para a realização de suas atividades. A nível estadual, a Diretoria de Inovação da FAPESB que tem uma Coordenação de Tecnologias Sociais e Ambientais que proporciona editais públicos voltados para as áreas de desenvolvimento de tecnologias sociais e ambientais e incubação de empreendimentos solidários.

Além disso, é importante considerar que existem os Conselhos de Economia Solidária (Nacional e Estadual – Bahia) na relação paritária entre a sociedade civil (formada por empreendimentos econômicos solidários e entidades de apoio e fomento) e o poder público como instâncias estratégicas para a deliberação de programas governamentais e de políticas públicas.

Neste sentido, no campo da economia solidária foram formadas redes a partir do Fórum Brasileiro de Economia Solidária para o fomento e a articulação de constituição de estruturas governamentais, como a própria SENAES, com destaque para a Rede de Gestores Públicos, o Fórum de Comércio Justo e Solidário – FACES Brasil, os Fóruns Estaduais de Economia Solidária e a Rede de Socioeconômica Solidária, e os Conselhos de Economia Solidária.

### **3. ASSESSORIA E FOMENTO AOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E TECNOLOGIA SOCIAL**

Os empreendimentos da economia solidária têm como alicerce a cooperação participativa dos seus associados no desenvolvimento da autogestão e do ambiente produtivo. No momento em que esses empreendimentos passam a integrar de forma autogestionária os meios de produção e a força de trabalho, ou seja, ter o domínio do capital e do trabalho, o arranjo do processo produtivo começa a enfrentar um grande desafio: o de se desvincular das características predominantes da produção (tecnologia) e do relacionamento entre pessoas e instituições do mundo capitalista (DAGNINO, 2010).

Esse desafio se deve pelo motivo da Política de Ciência e Tecnologia (PCT) do país seguir a lógica adotada pelos países desenvolvidos, que vislumbra o desenvolvimento da Tecnologia Convencional – produzida pela e para empresa privada – em prejuízo ao desenvolvimento de uma Tecnologia Social, ou ao menos a abertura para discussão “agenda pública” sobre o tema (DAGNINO e BAGATTOLLI, 2010).

Apesar da mobilização dos movimentos sociais engajados na busca por mudanças estratégicas para o desenvolvimento de Tecnologias Alternativas apropriadas aos empreendimentos da economia solidária, existem vários obstáculos ao avanço da Tecnologia Social - TS como política pública, dentre os quais, ressaltam dois:

O primeiro obstáculo é a existência de uma tendência conservadora por parte dos dirigentes governamentais, que dificulta a adoção de posturas criativas e inovadoras. O segundo obstáculo é a existência dos processos de “captura” de recursos dentro do Estado. Esses recursos são dirigidos ao financiamento de setores e políticas ligados à tecnologia convencional. Por conta disso, a TS, mesmo se mostrando uma alternativa interessante para os objetivos pretendidos, pode ser descartada (FONSECA E SERAFIM, 2010 p. 251 apud LASSENCE Jr. et. al. 2004).

Para Dagnino (2010 p. 206), tecnologia é:

[...] o resultado da ação de um ator social sobre um processo de trabalho que permite uma modificação (qualitativa ou quantitativa) no produto (no sentido genérico de *output*) gerado passível de ser apropriada segundo o seu interesse.

Entretanto, existem vários pontos conflitantes na tecnologia (convencional) disponível que precisa ser desenvolvidos e/ou implementados para que possa existir à tecnologia (social) que os empreendimentos da economia solidária tanto necessitam.

No entendimento de Dias e Novaes (2010), a Tecnologia Convencional (TC) tende a ter proprietário, não permitindo que o trabalhador possa participar do controle e decisão sobre a produção. Hierarquizada e alienante por natureza em face da posse privada dos meios de produção e controle sobre o trabalho, tende ao seu objetivo principal, o acúmulo de capital através do aumento da produtividade, ainda que este amplie os efeitos negativos sobre o trabalho e as diferenças de poder dentro das relações sociais e políticas.

A TC provoca gradualmente a falência da democracia, enquanto fortalece dois princípios do capitalismo, o primeiro a submissão do trabalhador ao dono dos meios de produção (capital), o segundo a imposição de poder dos países desenvolvidos sobre os países em desenvolvimento. Por outro lado, a Tecnologia Social (TS) é voltada à realidade local imbuída em gerar o retorno mais adequado aos problemas encontrados num determinado contexto socioeconômico, desponta como verdadeira negação à TC com a vinculação das seguintes características: a) ser adaptada a pequenos produtores e consumidores de baixo poder econômico; b) não promover nenhum tipo de controle (segmentação, hierarquização e/ou domínio dos trabalhadores); c) ser orientada para satisfação das necessidades humanas; d) incentivar o potencial e a criatividade do produtor direto e dos usuários; e) ser capaz de viabilizar economicamente empreendimentos da economia solidária e pequenas empresas (DIAS e NOVAES).

Para Fonseca e Serafim (2010, p. 258)

[...] a questão da tecnologia adequada ao ambiente e aos objetivos de transformação social aparece como indissociável de outras questões como a posse da terra, acesso a crédito e a canais de comercialização. O que faz com que o sinal de relevância para o desenvolvimento tecnológico passe a ser dado pelo conjunto de condições sociais, econômicas e ambientais locais, ao invés de ser importado de um contexto estranho.

Por fundamento, a TS busca a geração coletiva e a participação dos seus atores, objetivando de forma imediata e estratégica a construção de um estilo inovador de desenvolvimento mais inclusivo e participativo. Nesse sentido, torna-se necessário e imperioso o engajamento desses atores, pois, só através do envolvimento estes poderão

colocar os seus interesses em evidência e atuar de fato na concepção dessa tecnologia (FONSECA E SERAFIM, 2010).

Apesar da carência de tecnologia apropriada às necessidades dos EES, empiricamente, as entidades de apoio, fomento e assessoria com a participação ativa dos grupos produtivos, vem adaptando às tecnologias existentes para alcançar as necessidades inerentes a cada empreendimento.

Essa nova maneira de abordar a questão das demandas ou necessidades sociais, dos problemas sociais, das necessidades básicas, das necessidades dos socialmente excluídos ou, simplesmente, das demandas da inclusão social, busca evitar equívocos que têm sido decretados em iniciativas passadas com propósitos similares. Muitos desses equívocos foram provocados pelo modo convencional de interpretar as demandas cognitivas (ou demandas por conhecimento científico e tecnológico) associadas aos “problemas sociais” para conceber estratégias e políticas (DAGNINO, 2010, p.2).

No que tange a aplicação de tecnologias sociais, as entidades de apoio, fomento e assistência tem buscado a partir das tecnologias tradicionais construir metodologias reaplicáveis, desenvolvidas com influência mútua dos atores e que represente reais soluções de transformação social através da constituição coletiva de saberes, Dias e Novaes (2010, p. 156) complementam: “voltada principalmente para a inclusão social ou, mais amplamente, para a construção de um estilo alternativo de desenvolvimento”.

O desafio, segundo Gallo, et al. (s.d., p.51) está no campo institucional,

como gerar as formas de organização adequadas dos produtores, para que estes possam ativar sua capacidade de produção e colocar no mercado produtos que possam ser vendidos por preços que permitam saldar todas as despesas e proporcionem aos produtores, mínimo, mais do que o seu ganho atual.

Dagnino (2010) aborda que a viabilidade dos empreendimentos da economia solidária depende de dimensões peculiares que devem ser consideradas em marcos diferentes da economia de capital. Afinal, a economia solidária tem outros princípios no entrelaçamento entre economia e política, trabalho e capital e planejamento e execução. Isso remete ao desafio de construção de outros instrumentos e indicadores de sustentabilidade necessários para as suas características, como:

a) existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária (cooperação);

b) práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses (autogestão);

c) bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo (dimensão econômica);

d) justa distribuição dos resultados alcançados, oportunidades de desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes, compromisso com um meio ambiente saudável, relações que se estabelecem com a comunidade local, participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional, relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório, preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores e respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (solidariedade).

Esses desafios apresentados por Dagnino (2010) remetem para a elaboração de uma tecnologia social. Para a Fundação Banco do Brasil - FBB (2014), a tecnologia social compreende técnicas ou metodologias replicáveis desenvolvidas a partir da interação com a comunidade e que representam alternativas de transformação social. Ainda como conceito de uma proposta inovadora, baseia-se na relação entre os saberes populares e acadêmicos e a organização social voltados para a promoção do desenvolvimento de inclusão social.

Deste modo, as incubadoras universitárias de economia solidária desenvolvem um papel fundamental, pois os EES nascem e/ou se fortalecem a partir das incubadoras, em trabalho conjunto com os interessados dos empreendimentos e permanecem incubados por tempo determinado que varia a cada caso, até que adquiram autonomia para atuar no mercado independentemente.

No mesmo sentido, as Universidades vêm por meio das suas comunidades acadêmicas interagindo dentro dos princípios de socialização do conhecimento científico, através de atividades que buscam a participação dos cooperados em todas as fases do processo e que estas, sejam afirmativas aos seus conhecimentos de forma a fortalecer na cultura de autonomia e autogestão.

Nesse contexto, a INCUBA/UFRB foi constituída em 2007, integrada a Rede UNITRABALHO, com a missão de contribuir na promoção e no fortalecimento de empreendimentos solidários, valorizando a diversificação da produção, o resgate do conhecimento tradicional, as relações de gênero equitativas e a construção de políticas públicas territoriais sustentáveis, promovendo a melhoria da qualidade de vida a partir de atividades voltadas para a geração de trabalho, renda e cidadania. A INCUBA/UFRB é um núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão que integra a comunidade acadêmica dos 5 Centros de

Ensino da UFRB e atua de forma integrada com a Base de Serviço Territorial de Comercialização e faz parte do Conselho Territorial do Recôncavo da Bahia.

A incubação é um processo de construção de um modelo de desenvolvimento de inclusão social e econômica, que integra a Universidade como um dos atores que pode contribuir e ter contribuição no sentido de promover a extensão universitária associada ao ensino e a pesquisa, com o envolvimento direto de docentes e de discentes de graduação e de pós-graduação.

No caso específico da incubadora universitária da UFRB, observa-se que sua constituição tem haver com o próprio sentido desta universidade, visto que a mesma foi decorrente do processo de expansão e de interiorização do ensino superior no estado da Bahia. Esta política vem no sentido de compreender a necessidade de construção de conhecimentos voltada para a realidade social, cultural, política, econômica e ambiental do estado da Bahia.

Para Nunes e Silva (2011), a extensão universitária é a possibilidade da interação entre a universidade e a comunidade em que se encontra inserida, que se constitui em um importante componente operacional entre teoria e prática, e ocorre como em uma via de mão dupla através da troca mútua de saberes, mas, aponta para uma participação efetiva da comunidade nos conhecimentos produzidos a partir do confronto com a sua realidade.

[...] a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade (NUNES e SILVA, 2011, p. 120).

Nessa perspectiva, é preciso compreender a universidade enquanto espaço de criação e recriação de conhecimento e que no processo de transformação social deve ir além dos muros acadêmicos. O fortalecimento dessa relação (universidade/sociedade) perpassa por uma demanda a ser superada: as condições de desigualdades e exclusão existentes, que pode ser atenuada através de projetos sociais onde a universidade deve socializar os seus conhecimentos e disponibilizar serviços com responsabilidade social.

A extensão universitária deve atuar na democratização do conhecimento e, ao mesmo tempo, respeitar e utilizar os saberes populares locais na construção de um novo e mais amplo conhecimento a ser desenvolvido, levando-se em conta as especificidades de cada comunidade em que atua e servindo como instrumento de inserção social, aproximando a academia das comunidades.

#### **4. O TERRITÓRIO DO SISAL: O “CHÃO” DA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

O Território do Sisal tem sua economia predominantemente agrícola, a extração vegetal do sisal e a agropecuária como principais atividades econômicas desenvolvidas nas pequenas propriedades e as que mais absorvem força de trabalho da região. São também elementos da economia o feijão, o milho e a mandioca cultivos oriundos da agricultura de subsistência e a ovinocaprinocultura que desponta atualmente como elemento de destaque.

O Território do Sisal é formado por 20 municípios (Figura 2), e sua história está marcada pelas lutas de movimentos sociais organizados e ações articuladas pela efetivação de um processo de desenvolvimento sustentável.

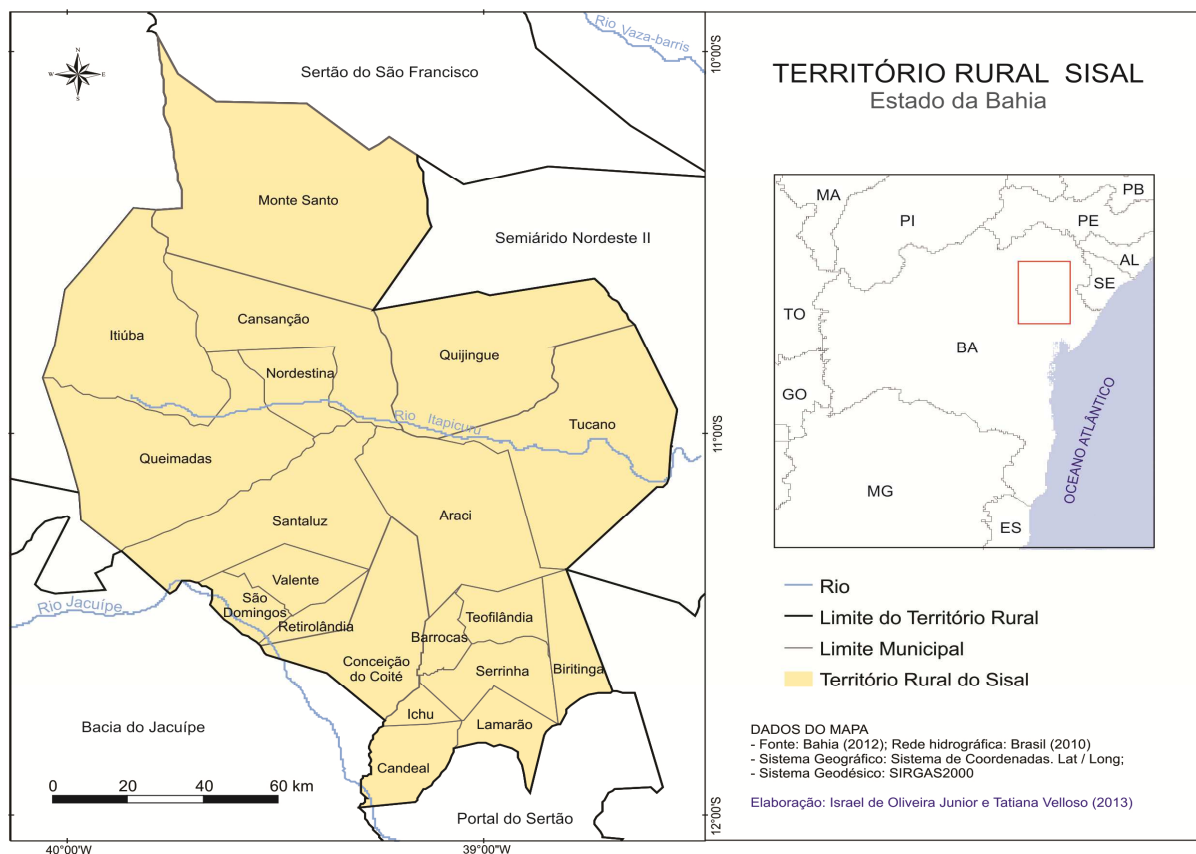
Em 1979, a mobilização camponesa buscava do governo do Estado da Bahia medidas que resguardasse os agricultores contra o fisco no ato da comercialização dos seus produtos. Dessa articulação nasceu inicialmente a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia – APAEB, composta por cinco municípios: Valente, Araci, Serrinha, Ichú e Feira de Santana. Em 1993, as APAEBs foram municipalizadas, formando, portanto, cinco estruturas associativas independentes, e em Valente foi denominada de Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região do Sisal.

Nesse período, surgiram outros movimentos e/ou entidades levantando diversas bandeiras, na mesma época houve mobilização de oposição dos trabalhadores rurais aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STR, onde os mesmos assumiram paulatinamente o controle dos sindicatos, antes nas mãos de políticos e elites locais. Surgiu também o Movimento dos Mutilados do Sisal, que reivindicava o direito previdenciário dos agricultores acidentados na “paraibana” – máquina utilizada no desfibramento do sisal – e o movimento contra o trabalho infantil. Em 1997, foi implantação em Valente, Conceição do Coité, Retirolândia, Riachão do Jacuípe e Santaluz o Programa de Erradicação do trabalho Infantil – PETI, como uma conquista dos movimentos sociais e sindicais que contaram com entidades de apoio e fomento para sua execução. Este programa conseguiu erradicar o trabalho infantil existente neste território, principalmente decorrente a cultura do sisal e seu beneficiamento e a exploração de pedra.

Como resultados intrínsecos gerado na região através das mobilizações nascem: o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), engajado na discussão sobre o papel da mulher na sociedade, e em 1996, criou – se a Fundação de Apoio aos Trabalhadores da

Região do Sisal (FATRES) e, em 2002, a Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão (COOPERAFIS) por mulheres artesãs.

Figura 2. Delimitação do Território Rural do Sisal – 2013.



Fonte: VELLOSO (2013).

Nesse ínterim é marcante a discussão sobre agricultura familiar, surgem também grupos de economia solidária, sendo que alguns se transformam em cooperativas de produção. Nos municípios de Valente, Serrinha, Araci e Santa Luz as cooperativas de crédito começam a atuar e funda-se ARCO – Sertão e a União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária passa a atuar na região (CODES, 2010).

Toda essa atmosfera constitui um cabedal social, com grandes talentos emergentes e uma experiência acumulada, que define o ambiente propício para a criação do Território do Sisal em 2003, reconhecido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2005. O Território do Sisal, hoje Território da Cidadania, representado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia (CODES SISAL), não se propõe a ocupar o espaço do poder público nem das organizações sociais, mas a constituir-se no instrumento catalisador das potencialidades técnicas e políticas para implementação do desenvolvimento sustentável no Território (CODES, 2010, p.12-13).

A COOPERAFIS foi constituída por mulheres artesãs do Território Sisaleiro na busca por ações de fortalecimento do trabalho cooperativo, através da estruturação da cadeia produtiva do artesanato de fibras naturais em sete municípios na região do semi-árido da



Bahia, como alternativa de geração de trabalho e renda. Essas ações foram direcionadas para o enfrentamento das dificuldades nas práticas de administração e gerenciamento e/ou no suporte de técnicas de produção, de comercialização e de acesso a novas tecnologias e a políticas públicas, bem como na consolidação de práticas democráticas e participativas.

A criação da cooperativa viabilizou o artesanato como atividade geradora de trabalho e renda para mulheres sertanejas que estavam envolvidas nas frentes de serviços<sup>1</sup>, a partir de 1999, permitindo o resgate e, sobretudo, a valorização do artesanato local a partir de recursos vegetais não madeireiros, com a utilização do sisal, do caroá e de plantas tintórias típicas da região. A utilização de matérias-primas regionais despertou a preocupação com a conservação e a preservação do meio ambiente local, considerando o bioma da *caatinga*. É importante considerar que a *caatinga* foi vista historicamente como local *insípido*, apesar de sua biodiversidade. O MMA (2014) argumenta que na *caatinga* a sua biodiversidade está ameaçada pelo processo de desmatamento, com necessidade de medidas de conservação e alternativas de manejo sustentável.

O trabalho da COOPERAFIS não foi apenas de geração de trabalho e renda para as artesãs, mas também de proporcionar a recuperação da auto-estima e a construção da cidadania das mulheres sertanejas, com a prática da cooperação e da participação. Essa é uma ação da economia solidária voltada para a integração do capital e do trabalho, mas com a centralidade nas pessoas, no ser humano.

A partir deste trabalho, em 2011, foi construído com as associadas e a equipe da INCUBA/UFRB, em parceria com a Fundação APAEB, o “Projeto Mulheres de Fibra: Fortalecimento do Artesanato Regional do Território do Sisal” que foi submetido ao edital da FAPESB/SECTI. Este projeto teve como objetivo principal melhorar a qualidade de vida das mulheres da agricultura familiar através do fortalecimento da produção e da comercialização do artesanato regional de forma sustentável e solidária. Esse objetivo apresentado foi a partir da construção e da trajetória da COOPERAFIS, mas para a INCUBA/UFRB existia a expectativa de aprendizagem a partir da integração entre academia e sociedade. As respostas dos questionários aplicados com a equipe da entidade de apoio, assessoria e fomento e com as associadas da cooperativa (beneficiárias do projeto) ilustram essa perspectiva.

---

<sup>1</sup> Segundo Bursztyn (1984 apud VELLOSO et. al, 2007 p.19), as frentes de serviços concentravam-se nas regiões afetadas pelo fenômeno climático das secas na construção e na melhoria de infra-estrutura. “Os momentos em que o Estado intervinha, assalariando a mão-de-obra desmobilizada pela seca, não representava, no entanto, uma modificação nas relações de produção que pudesse ameaçar a estrutura tradicional do binômio latifúndio-minilatifúndio. Os trabalhadores engajados nas frentes recebiam, por seu trabalho, uma porção de alimentos (farinha e rapadura) e, eventualmente, uma soma insignificante em dinheiro”.

*“integrar as ações a partir da extensão universitária, com a pesquisa e o ensino, principalmente do curso de Gestão de Cooperativas. Foi possível realizar estágios supervisionados obrigatórios e não obrigatórios Trabalhos de Conclusão de Curso, de pesquisas e de atividade de campo em componentes curriculares. Essas ações foram desenvolvidas na relação com a cooperativa, com a existência de pesquisadora local, uma artesã, que ficava responsável pela articulação das atividades, junto com a diretoria e a equipe técnica do projeto. Esta equipe técnica foi composta não apenas pela universidade, com a existência de uma recém formada em Gestão de Cooperativas, como também de docentes e de estagiários, mas de parceiros como a Fundação APAE”.. (Educadora-1 do projeto)*

Portanto, as atividades tiveram participação interativa das associadas da COOPERAFIS, equipe técnica da INCUBA/UFRB e parceiros, com vistas a fortalecer os núcleos produtivos e comerciais com práticas solidárias e sustentáveis, bem como, estruturar o processo comercialização e novos produtos e mercados. É a relação de construção de conhecimentos que se dá de maneira horizontalizada, mas implicada com a realidade local. Outra resposta do questionário diz respeito a essa relação diferente.

*“porque não é difusão de tecnologia, mas fundamentalmente o trabalho desenvolvido a partir do empoderamento das mulheres associadas. Assim, a centralidade está no empreendimento e não na assessoria. Seguem-se as atividades planejadas a partir das demandas apresentadas como estratégia de fortalecimento de um empreendimento econômico solidário, em que se discute a sua sustentabilidade econômica, política, cultura, social, ambiental.” (Educadora-2 do projeto).*

Para garantir a centralidade das ações no empreendimento, foi visto a importância de práticas de construção de *pertencimento*, que se deu a partir da construção da própria proposta do projeto. Assim, nesta dinâmica, foi constatado nos relatórios de atividades, que as ações desenvolvidas foram planejadas e monitoradas em reuniões ampliadas com os grupos, denominado de Grupo Gestor. Este Grupo Gestor foi formado por representantes da INCUBA/UFRB, da COOPERAFIS e da Fundação APAEB, e em alguns momentos constatou-se a participação do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Valente, da Cooperativa de Crédito SICOOB/ COOPERE, da Diretoria da APAEB Indústria, entre outros.

O Grupo Gestor foi um mecanismo para garantir a gestão democrática e participativa, com execução orientada pelos princípios de construção de autonomia com a preocupação de

que as artesãs participassem do processo pedagógico de aprendizagem com possibilidade de sugestão, interferência nas decisões e de assumir responsabilidades. Esse espaço também foi de aprendizagem para os acadêmicos da INCUBA/UFRB, principalmente na relação com a extensão universitária e sua integração com o ensino e a pesquisa.

Na execução das atividades (oficinas, cursos, assessorias, palestras e eventos, realização e participação) desenvolvidas a partir da triangulação entre as instituições envolvidas, ações técnicas na área de desenvolvimento e de fortalecimento das tecnologias sociais na área de gestão e de produção, vários impactos puderam ser verificados, os quais foram monitorados e avaliados, com destaque para:

a) a experiência adquirida com a participação das associadas em eventos científicos e institucionais (impacto científico), com apresentação e publicação de trabalhos acadêmicos em eventos nacionais (Exposição Mão Brasileira, Sala do Artista Popular – SAP) e internacionais (Fashion Business), em que as autoras eram mulheres da Diretoria da COOPERAFIS (pesquisadora local), da INCUBA/UFRB (docentes e discentes) e da Fundação APAEB. Foi também construído Trabalho de Conclusão de Curso de Gestão de Cooperativas, com a temática de Tecnologia Social, fruto das oficinas e da relação das organizações do projeto;

b) a estruturação da produção, com a aquisição de novos equipamentos (impacto tecnológico), com o fortalecimento da produção nos núcleos produtivos de artesanato regional, e do núcleo de comercialização, principalmente considerando os aspectos de segurança e saúde da trabalhadora nas condições de produção;

c) a ampliação da produção, permitindo aumento do ganho econômico do grupo e dos envolvidos na cadeia produtiva (impacto econômico), com o desenvolvimento de novos produtos, em que foi integrado o trabalho de *design participativo*, o que propiciou a renovação de peças artesanais;

d) a melhoria da condição social das mulheres que fazem parte dos núcleos produtivos (impacto social), com ações de promoção do trabalho coletivo, principalmente considerando o aspecto de gênero e a relação com a família;

e) a disseminação de práticas agroecológicas (campanha de doação de sementes de plantas de caatinga) voltadas para produção sustentável e ambientalmente correta, a partir do levantamento de espécies do semiárido, visando à construção de um viveiro de mudas para reflorestamento da vegetação local (impacto ambiental).

Nesse sentido, a revitalização da vegetação (plantas tintórias e fibras regionais), traz autonomia com sustentabilidade para os grupos de trabalho da COOPERAFIS, uma vez que, como afirma Velloso et. al (2007) “Tanto o artesanato de sisal quanto o de caroá, os fios são pigmentados por plantas tintórias da caatinga, o que caracteriza ainda mais o artesanato tradicional da região”.

As oficinas de Tecnologias Sociais foram desenvolvidas em todos os núcleos produtivos e ficou evidente o desenvolvimento de processos participativos e includentes, desde a forma coletiva de trabalho, como o desenvolvimento de práticas de produção dos artesanatos regionais de fibras de sisal (*Agave sisalana*), de caruá (*Neoglasiovia variegata*) e de ouricuri (*Scheelea Phalerata*).

Outro resultado importante foi a ampliação do objeto social da COOPERAFIS, para além da produção e da comercialização do artesanato regional, para produtos alimentícios da agricultura familiar. O resultado dessa autonomia pode ser verificado na prática quando na Assembléia Geral Extraordinária a partir de inclusão no Estatuto Social, foi aprovada a integração de núcleos de beneficiamento artesanal de alimentos da agricultura familiar como ação de fortalecimento da COOPERAFIS.

A incorporação de alimentos nas ações da cooperativa ocorreu a partir do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos. Políticas públicas e programas governamentais voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, desenvolvimento local e segurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, essa necessidade de diversificação passa pela dificuldade do artesanato regional em concorrer com outros mercados, principalmente com as regiões sul e sudeste. Por outro lado, a atuação das prefeituras municipais na execução do PNAE conforme disposto na Lei 11.947/2009, favorece a aquisição dos produtos da agricultura familiar, possibilitando o desenvolvimento de mercado institucional local.

No andamento do projeto as dificuldades encontradas foram na sua maioria superadas com praticas participativas, onde as soluções foram consensuadas entre as associadas, equipe executora e parceiros. Pode-se afirmar que o alcance das metas se deve a alguns fatores de facilitação, como: a autonomia do grupo produtivo na participação da execução das etapas do projeto, no desenvolvimento de suas atividades e na resolução de problemas internos; o desempenho da equipe executora na realização eficiente das atividades definidas, a partir das metas estabelecidas e a relação adequada do grupo produtivo para com os parceiros locais e a comunidade envolvida, sobretudo na definição e execução das atividades planejadas.

A partir dos questionários respondidos pelas entidades de apoio, assessoria e fomento e pelos associados da Cooperafis, se percebe a eficaz integração entre entidade e associados na busca por alternativas que viabilizem sustentavelmente o empreendimento solidário nas áreas de investimento, autogestão, estrutura administrativa e produtivas, assistência técnica, social e ambiental. Numa resposta do questionário uma associada que também faz parte da diretora da cooperativa relata:

*“o projeto foi desenvolvido na dinâmica das ações da cooperativa. Foi no sentido de fortalecer o nosso trabalho. O que desenvolvemos estava no nosso planejamento, mas integramos uma abordagem importante que foi a de tecnologia social. A cooperativa desenvolve no seu dia-a-dia a tecnologia social, mas a grande maioria não sabia. Essa relação com a universidade foi importante porque aprendemos de um lado, e por outro sabemos que também contribuimos para o aprendizado da universidade”.* (Associada da COOPEAFIS)

As respostas deixam evidente essa relação na medida em que os papéis são naturalmente definidos e as partes passam a assumir responsabilidades e compromissos, que na sua maioria são compartilhados.

É possível concluir que todos os beneficiários do projeto *Mulheres de Fibra* apontam os resultados alcançados com a realização do projeto em termos de melhoria de vida, através de bens materiais como recursos para investimentos, novos equipamentos para estruturação do arranjo produtivo, construção de viveiro de espécies nativas para uso sustentável e imateriais como participação em eventos científicos e institucionais.

Verifica-se também que houve outros ganhos que não estava nos objetivos do projeto, como a autonomia emancipatória do grupo, que pode ser constatada principalmente na execução do projeto, onde segundo Relatório Técnico Final assinala a realização de 80% das atividades propostas e na solução das dificuldades encontradas como: estiagem prolongada na região e greve dos professores e servidores da UFRB, resolvidas sempre de maneira integrada com a INCUBA/UFRB, Fundação APAEB e associadas da COOPERAFIS.

Foram utilizadas práticas participativas pautadas pelos princípios de construção de autonomia, onde as decisões, planejamento e monitoramento das atividades foram estabelecidos a partir de um Grupo Gestor em reuniões ampliadas, buscando a gestão democrática e participativa, em que todos os envolvidos pudessem cooperar e se integrar ao projeto a partir de seu papel nas atividades.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os empreendimentos da economia solidária apresentam-se como alternativa de geração de trabalho e renda, com perspectiva de melhorias nas condições de vida através do trabalho coletivo, solidário e autogerido, portanto, fazem-se necessário o desenvolvimento de oportunidades com atuação na articulação e criação de “*políticas públicas*”, voltada ao fortalecimento e sustentabilidade desses empreendimentos. Entre essas políticas públicas é de fundamental importância o papel das entidades de apoio e de fomento, em especial as universidades.

Essa relação se apresenta na forma de assessoria para os empreendimentos econômicos solidários como necessária para o desenvolvimento de suas atividades, mas ao mesmo tempo, na construção de conhecimentos que possibilitem a estruturação de práticas e de conceitos implicados com a realidade e a vida.

Entretanto, é também de fundamental importância o conhecimento das dificuldades enfrentadas por esses empreendimentos, o que possibilitaria uma melhor compreensão dessa economia e orientação ao poder público de como atuar na construção de políticas públicas, que precisam ser difundidas, avaliadas e adequadas a cada realidade. Por outro lado, o envolvimento da universidade no desenvolvimento de ações de extensão universitária neste contexto, propicia a integração com a pesquisa e o ensino de maneira que cumpra o seu papel formativo implicado com o desenvolvimento de inclusão social e econômica, a partir dos princípios da economia solidária.

Os avanços conquistados pelo movimento da economia Solidária nas esferas federal e estadual foram conquistas, e a partir de 2013 observa-se que as Prefeituras Municipais com o cumprimento de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, como o PNAE, influenciam diretamente na vida dos empreendimentos econômicos solidários, como por exemplo, da COOPERAFIS, com a inserção de produção de alimentos artesanais no seu objeto social, para além do artesanato de fibras.

Para a organização das mulheres sertanejas na COOPERAFIS, bem como no processo de produção, presencia-se a Tecnologia Social como papel relevante para o desenvolvimento dos EEs e vem sendo desenvolvida pelas Incubadoras Universitárias e se colocando como forma de intervenção acadêmica na construção cooperada de alternativas aos problemas relativos à exclusão e as desigualdades sociais.

Nesse sentido, percebe-se o importante papel das entidades que apóiam, assessoram e fomentam esse tipo de empreendimento, que se compõem de ações articuladas, com engajamento à realidade social e envolvimento dos vários sujeitos, sejam eles pessoas, grupos, cooperativas, parceiros ou a comunidade como um todo, na busca por condições para superar os desafios existentes da falta de trabalho e renda, precarização do trabalho e exclusão social.

No Território do Sisal a relação da universidade, a partir do trabalho da INCUBA/UFRB se deu em parceria com a Fundação APAEB, uma entidade de apoio e de fomento da região, que através das articulações de maneira integradas, possibilitaram a execução de um projeto que contribuiu para o fortalecimento de um empreendimento e para a formação da comunidade acadêmica, através da extensão universitária associada com o ensino e a pesquisa.

A forma de trabalho da COOPERAFIS e o desenvolvimento das ações de assessoria na relação com a universidade e uma organização histórica, a Fundação APAEB, demonstra as possibilidades de fortalecimento da economia solidária não apenas como uma forma de geração de trabalho e renda, mas como um novo modo de relação entre as instituições para produção e comercialização, voltada para o desenvolvimento de inclusão social. Para isso, a relação com a universidade é estratégica para a construção de conhecimentos e de formação de profissionais implicados com este *novo* modo de vida em que no Território do Sisal foi construído um complexo de empreendimentos econômicos solidários na ambiência regional e de associações comunitárias marcantes, entre estes, a Fundação APAEB e o CODES - Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia.

Esse comprometimento vem de construção de processos e de aprendizados, voltados para a construção de uma sociedade cuja premência seja a inclusão social, econômica, política e cultural da grande parcela da população que fora excluída historicamente no processo de modernização da economia.

## 6. REFERÊNCIAS

ANTEAG. Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão. **Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2005 - 2007**. São Paulo: Todos os Bichos, 2009. Disponível em: < <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012F4F674618242E/Atlas%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20-%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 03 jul 2014.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil – São Paulo: Cortez, 2007.**

CANAL COOPERATIVO. **Cooperativas se unem para fortalecer agricultura familiar em todo país**. Disponível em: < <http://canalcooperativo.com.br/cooperativas-se-unem-para-fortalecer-agricultura-familiar-em-todo-o-pais/#more-6726>>. Acesso em 03 out. 2014.

CODES, Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Sisal**. Bahia, 2010. Disponível em < [http://sit.mda.gov.br/biblioteca\\_virtual/ptdrs/ptdrs\\_territorio043.pdf](http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio043.pdf)>. Acesso em 07 jan. 2014.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>>. Acesso em 15 set. 2014.

CULTI, Maria Nezilda. **Economia solidária no Brasil – Tipologia dos empreendimentos econômicos solidários** – São Paulo: Todos os Bichos, 2010. Disponível em <[http://www.unitrabalho.org.br/IMG/pdf/Economia\\_Solidaria\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.unitrabalho.org.br/IMG/pdf/Economia_Solidaria_no_Brasil.pdf)>. Acesso em 20 ago. 2014

CRUZ, Antônio. **Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária**. Campinas, 2002: arquivo eletrônico. Disponível em: <<http://www.ucpel.tche.br/nesic>>. Acesso em 07 jan. 2014.

DAGNINO, Renato. **A Tecnologia Social e seus desafios**. In: Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade / Renato Dagnino, (org). -- 2. ed. rev. e ampl. -- Campinas, SP: Komedi, 2010

DAGNINO, Renato. **Em direção a uma teoria crítica da tecnologia**. In: Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade / Renato Dagnino, (org). -- 2. ed. rev. e ampl. -- Campinas, SP: Komedi, 2010.

DAGNINO, Renato; BAGATOLLI, Caroline. **Como transformar a tecnologia social em política pública?** In: Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade / Renato Dagnino, (org). -- 2. ed. rev. e ampl. -- Campinas, SP: Komedi, 2010.

DIAS, Rafael de Brito; NOVAES, Henrique Tahan. **Contribuições da economia da inovação para a reflexão acerca da tecnologia social**. In: Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade / Renato Dagnino, (org). -- 2. ed. rev. e ampl. -- Campinas, SP: Komedi, 2010.

FAO. Organização das Unidas para Alimentação e a Agricultura. Disponível em < [http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/?fb\\_locale=pt\\_PT](http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/?fb_locale=pt_PT)>. Acesso em 21 out. 2014.

FBB. Fundação Banco do Brasil. Disponível em <<http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/o-que-e/>>. Acesso em 12 set. 2014.



FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <<http://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>>. Acesso em 07 ago. 2014.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=8092&Itemid=62](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8092&Itemid=62)>. Acesso em 03 out. 2014.

FONSECA, Rodrigo; SERAFIM, Milena. **A Tecnologia Social e seus arranjos institucionais**. In: Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade / Renato Dagnino, (org). -- 2. ed. rev. e ampl. -- Campinas, SP: Komedi, 2010

GALLO, A.R. et al. **Incubadora de cooperativas populares: uma alternativa à precarização do trabalho**. In UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Economia Solidária Vol. 1 – UFF**. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosoldocsecosolv1.pdf> >. Acesso em 07 jan. 2014

GALLO, A. R. **Empreendimentos econômicos solidários**: alternativas organizacionais de (re) inserção social e econômica. *ORG & DEMO*, v.5, n.2, p.149-166, 2004. Disponível em <<http://revistas.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/409/309>>. Acesso em 29 jan. 2014.

GUIMARÃES, Gonçalo. **Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda**. In: A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego - São Paulo: Contexto, 2000.

KRAYCHETE, Gabriel; CARVALHO, Patrícia. **Economia popular solidária**: indicadores para a sustentabilidade – Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

LIMA, Leandro; LOCATEL, Celso. **Agricultura Familiar na perspectiva da Economia Solidária**: Uma experiência acerca do Projeto CAJUSOL. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. 2012.

MMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga>>. Acesso em: Agosto de 2014.

MTE. MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. **"O que é Economia Solidária"**. Brasília: MTE, Portal. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em 07 ago. 2014

DIAS, Rafael de B; NOVAES, Henrique T. **Contribuições da Economia da Inovação para a reflexão acerca da Tecnologia Social**. In Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade / Renato Dagnino, (org). -- 2. ed. rev. e ampl. -- Campinas, SP: Komedi, 2010

DIAS, Rafael de B; NOVAES, Henrique T. **Construção do marco analítico-conceitual da Tecnologia Social**. In Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade / Renato Dagnino, (org). -- 2. ed. rev. e ampl. -- Campinas, SP: Komedi, 2010

NUNES, Ana Lucia; SILVA, Maria Batista. **A extensão universitária no ensino superior e a sociedade**. Mal-Estar e Sociedade - Ano IV - n. 7 - Barbacena - julho/dezembro 2011 - p. 119-133. Disponível em <<http://www.uemg.br/openjournal/index.php/malestar/article/view/60>>. Acesso em 20 out. 2014.

PINHEIRO, Lessí Inês Farias. **Políticas públicas de apoio à economia solidária como alternativa para o desenvolvimento local no Brasil**. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/oidles/08/lifp.htm>>. Acesso em 30 jan. 2014.

PINHO, D. B. **O Cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004. 357p.

SIES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Disponível em < <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>>. Acesso em 08 set. 2014.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnósticos e alternativas. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (org). **A Economia solidária no Brasil**: A autogestão como resposta ao desemprego - São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1ª Ed - São Paulo: Editora Fundação Perseu. Abramo, 2002.

TAUILE, José Ricardo; DEBACO, Eduardo Scotti, **Autogestão no Brasil**: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. In: ECONOMIA SOLIDÁRIA VOLUME 1 – UFF. Disponível em: < [www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf](http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf)>. Acesso em 30 jan. 2014.

VELLOSO, Tatiana Ribeiro. **Uma nova institucionalidade do desenvolvimento rural**: a trajetória dos territórios rurais no estado da Bahia. São Cristóvão – SE: NPGeo/UFS, 2013 (Tese de Doutorado).

VELLOSO, Tatiana Ribeiro; LOCATEL, Celso. A trajetória do movimento cooperativista no Brasil: da vertente de controle estatal para instrumento de promoção de desenvolvimento regional. In: **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**, Salvador – BA, 2011, UFBA. 1-12p. Disponível em:< [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307732779\\_ARQUIVO\\_ArtigoTatianaVellosoCongressoLusoAfroBrasileiro.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307732779_ARQUIVO_ArtigoTatianaVellosoCongressoLusoAfroBrasileiro.pdf)>. Acesso em 08 set. 2014.

VELLOSO, Tatiana Ribeiro et. al. Mulheres de Fibra: A experiência do artesanato tradicional no território do sisal da Bahia. In: **V Encontro Internacional de Economia Solidária**, São Paulo – SP, 2007. Disponível em: <<http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/V%20Encontro/Artigos/Educa%C3%A7%C3%A3o/EPES-06.pdf>>. Acesso em 02 out. 2014

## 7. ANEXOS

### QUESTIONÁRIO - EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO

01 - De que forma vocês tiveram acesso (conheceram) às entidades que apóiam e fomentam os empreendimentos da Economia Solidária?

02 - Vocês conheciam e/ou participavam de algum programa ou política de governo que favorecia o desenvolvimento dos empreendimentos solidários?

03 - Como vocês descreveriam o empreendimento antes da parceria com as entidades de apoio e fomento?

04 - Quais os apoios trazidos pelas entidades ao empreendimento?

05 - Com relação aos cursos e oficinas de formação e capacitação, existe flexibilidade no planejamento de acordo às suas necessidades?

06 - Nos eventos de formação e capacitação, os temas propostos são apresentados de uma forma que todos entendam e não tenham dúvidas sobre o assunto?

07 - Além da área administrativa e produtiva, o que mudou no empreendimento com a assessoria?

08 - Hoje, após a assessoria, vocês se acham habilitados para manter e ampliar o desenvolvimento alcançado?

09 - Na visão de vocês, qual importância das Entidades de Apoio, Fomento e Assessoria em relação à ausência de políticas e/ou estratégias que possam ser acessadas pelos empreendimentos solidários?

## QUESTIONÁRIO – ENTIDADE DE FOMENTO E ASSESSORIA

- 01 - De que forma os empreendimentos da Economia Solidária podem acessar as Entidades de Apoio, Fomento e Assessoria?
- 02 - Quais ferramentas são utilizadas para favorecer o desenvolvimento dos empreendimentos solidários?
- 03 - De forma geral, como vocês descrevem os empreendimentos no início da parceria com as entidades de apoio e fomento?
- 04 - Como é controlada a euforia do grupo em relação aos benefícios trazidos pelas entidades para que não se transformem em assistencialismo?
- 05 - Com se dá o planejamento dos cursos e oficinas de formação e capacitação?
- 06 - Qual a metodologia utilizada na condução dos eventos de formação e capacitação aos empreendimentos?
- 07 - Além da área administrativa e produtiva, existem outras propostas a serem implementadas junto aos empreendimentos?
- 08 - Após a conclusão do assessoramento, é possível afirmar que os integrantes do empreendimento se encontram habilitados para manter e ampliar o desenvolvimento alcançado?
- 09 - Qual o papel das Entidades de Apoio, Fomento e Assessoria junto aos empreendimentos solidários em relação à ausência de políticas e estratégias para o setor?